



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

OS TRABALHADORES E O TRABALHO NO SUAS DE TERESINA -PI: PERFIL, CONDIÇÕES DE TRABALHO, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

DANNYLO CAVALCANTE ALVES¹

IOLANDA CARVALHO FONTENELE²

PAULA JORDANIA SOARES DA SILVA³

VITÓRIA CONCEIÇÃO DE LIMA RIBEIRO⁴

RESUMO

O artigo objetiva apresentar uma análise do perfil dos trabalhadores do SUAS de Teresina, de modo a contribuir a partir de dados e reflexões com o processo de gestão do trabalho no SUAS em Teresina. O levantamento foi realizado a partir de um formulário no Google Forms, que contemplou questões abertas e fechadas. Trata-se de um estudo de natureza quanti-qualitativa e os resultados encontrados no levantamento estão relacionados ao trabalho e formação profissional no SUAS.

Palavras-Chave: SUAS. Gestão do Trabalho. Trabalhadores.

ABSTRACT

The article aims to present an analysis of the profile of Unified Social Assistance System (SUAS) workers from Teresina in order to contribute with data and reflections to the process of work management in SUAS in Teresina. The data was collected through Google Forms form, containing both open-ended and closed-ended questions. The study's nature is quantitative-qualitative, and the findings are related to work and professional training.

Keywords: SUAS. Work management. Workers.

¹ Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas

² Universidade Federal do Piauí

³ Universidade Federal do Piauí

⁴ Universidade Federal do Piauí

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS foi previsto na Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 (Brasil, 2005), enquanto uma demanda e uma deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003, foi criado em 2005 (Brasil, 2005) e hoje o SUAS constitui um sistema que sintetiza muitos avanços na própria gestão da Assistência Social no Brasil, nos aspectos técnico-normativo, organizacional, no repasse dos recursos, no reconhecimento das instâncias deliberativas, na estruturação e oferta das ações, como os serviços, benefícios e programas, com destaque para os serviços que passaram a ser tipificados e padronizados para todo o território nacional (Fontenele, *et al*, 2023), bem como a “profissionalização, formação e qualificação da rede de trabalhadores [...] como forma de garantir um patamar mínimo de qualidade e padronização dos serviços [...] em todo o território nacional” (Mello; Lotta, 2020, p. 247) e ainda a constituição de uma amplo quadro de trabalhadores quando em 2016 o SUAS no Brasil já contava com mais de 600 mil profissionais (contando o setor público e o privado) (Mello; Lotta, 2020). De acordo com Fontenele (*et al*, 2023, p. 5):

Os serviços do SUAS estão presentes em todo o país e ganharam significativa capilaridade, bem como unidade em todo território nacional, presentes nas áreas de maior vulnerabilidade social, em regiões como comunidades rurais, ribeirinhas, de florestas, indígenas, quilombolas, populações de rua e de periferia, em articulação com as políticas em geral, apesar das dificuldades no tocante à intersetorialidade.

À integração das políticas públicas em geral e mais especificamente em relação à seguridade social.

Por outro lado muitos problemas e desafios ainda persistem como a questão do subfinanciamento, de modo particular nos serviços socioassistenciais, tendo em vista a prevalência dos recursos destinados para as transferências de renda, a fragilidade do controle social/participação da sociedade organizada, a persistência da cultura clientelista, notadamente nos municípios onde a instalação do SUAS deveu-se a questões mais burocrático-formais, com forte apelo assistencialista, centrado na figura e no poder do chefe do executivo local e ainda a questão do trabalho social com famílias e indivíduos pautado no familismo, na responsabilização das famílias por sua segurança e proteção e pela gestão dos riscos pessoais e sociais do grupo familiar (Fontenele, *et al*, 2023; Monnerat; Gama, 2018; Silva; Teixeira, 2020). Assim,

[...] os serviços funcionam de um modo geral com instalações físicas precárias e recursos humanos pouco qualificados. Questões como a composição das equipes que padecem de déficits, tendo em vista as demandas da população, a precarização dos contratos de trabalho, a questão salarial, a rotatividade dos trabalhadores e as condições de trabalho em geral que são marcadas por debilidades (Fontenele, *et al*, 2023, p. 8).

Diante dessa realidade do trabalho no SUAS, é importante destacar aqui, além das questões da natureza dos contratos de trabalho, dos salários, das condições de trabalho em geral, todas as problemáticas relativas à formação e desenvolvimentos dos/as trabalhadoras, a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Apesar de todas as dificuldades e desafios Alves (*et al*, 2020) destacam o fato de que a principal matéria prima do SUAS, o maior potencial é o capital humano, são os trabalhadores que operacionalizam a política e que precisam lidar diariamente com inúmeros desafios e demandas no contexto Institucional.

Em Teresina⁵ o SUAS é criado inicialmente em 2005, com a instalação de quatro CRAS na periferia do município (Bonfim, 2009), foi implantado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS), passando a ser denominada de Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMTCASPI) em 2017, articula uma rede de serviços socioassistenciais formada pelos setores público e privado (filantrópico), no entanto a Lei do SUAS em Teresina, nº 5.050, é de 18 de julho de 2017 (Silva; Ribeiro, 2023). Nesses 19 anos de existência, o SUAS em Teresina, bem como no cenário do país, é uma política em construção e ainda bastante nova.

Diante dessa realidade do SUAS enquanto estratégia de gestão das ações no campo da Assistência Social, de todos os desafios postos na esfera nacional, especialmente no tocante aos desafios da gestão do trabalho e dos trabalhadores, o presente artigo objetiva apresentar uma análise do perfil dos trabalhadores do SUAS de Teresina, de modo a contribuir com dados e informações importantes no processo de gestão da política em Teresina, especialmente na gestão do trabalho. Esse estudo é fruto de uma experiência de estágio obrigatório na Gestão do SUAS (GSUAS), na SEMTCASPI, mais especificamente na Gestão do Trabalho enquanto uma coordenação que compõe a Gestão do SUAS. Este trabalho, portanto, é parte do projeto de intervenção de discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

O levantamento foi realizado a partir de um formulário no Google Forms, disponibilizado via SEI – Sistema Eletrônico de Informação da SEMTCASPI, voltado para trabalhadores da gestão e do provimento, que contemplou questões abertas e fechadas sobre temas relativos aos dados pessoais, dados profissionais e a questão da acessibilidade, tendo em vista a realidade das pessoas com deficiência no âmbito das ações. Trata-se de um estudo de natureza

⁵ Teresina é capital do Piauí, localizada no nordeste brasileiro e possui atualmente uma população de 866.300 pessoas (IBGE, 2023).

quanti-qualitativa e quanto à estrutura, o presente artigo contempla inicialmente essa introdução, depois a análise dos dados e finalmente as considerações finais.

OS TRABALHADORES E O TRABALHO NO SUAS- SEMCASPI/TERESINA-PI: resultados e discussões

Segundo Barroco (2009), o trabalho possibilitou para o homem um salto ontológico, constituindo-se enquanto ser social, que se diferenciou dos outros animais. O trabalho é constitutivo, é fundante do ser social, da sua ontologia, da sua essência, não só o trabalho, mas a própria consciência, a capacidade teleológica, a intencionalidade (Marx; Engels, 1986). O trabalho é parte da busca pela satisfação de necessidades humanas, que se estabelece na sua relação com a natureza, onde o homem altera a natureza, a si mesmo e aos outros, tendo em vista um certo desenvolvimento das forças produtivas, das formas de produção, as determinações históricas das gerações anteriores, a composição das lutas de classes, das formas de propriedade, de apropriação do resultado do trabalho, de dominação política e de resistências (Marx; Engels, 1986; Marx, 1983). Nesse sentido o trabalho é permeado por mecanismos de alienação, de ideologia, como falseamento da realidade, de sofrimento, de opressão, de sobrecarga, mas por outro lado pode ser espaço de emancipação, de realização, de criação, de sobrevivência (Marx; Engels, 1986).

No processo de complexificação da divisão social e técnica do trabalho, que é expressão do desenvolvimento das forças produtivas, estabelece-se a divisão entre trabalho manual e intelectual, ou material e espiritual, entre quem domina e quem se submete. Por outro lado, nesse processo de ampliação das forças produtivas, tendo em vista a ampliação também do capital, bem como das necessidades humanas que são infinitas, dinâmicas e históricas, o trabalho passa a alcançar outros espaços, como o setor de serviços, para além daquelas tarefas que dizem respeito à relação direta com a natureza. As esferas da “sociabilidade [...] do tempo do ócio, [...] o trabalho doméstico, assim como as atividades e dimensões relacionadas à cultura e ao esporte, são incorporadas pelo capital na forma de serviços” (Azevedo, *et al*, 2023, p.5), bem como os serviços sociais em geral mediados pelo Estado ou pelo setor privado (mercantil e filantrópico).

Desse modo, as políticas públicas de um modo geral, mais especificamente a Assistência Social fazem parte do setor serviços na produção capitalista. É importante destacar que a assistência aos pobres, aos desvalidos, aos doentes e loucos são atividades muito remotas, estiveram inicialmente na esfera da família e no âmbito da comunidade, cabendo ao Estado, já na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

modernidade, uma intervenção justificada somente na ausência da família e do suporte comunitário. É somente no contexto da emergência da questão social no cenário político e mais especificamente com a constituição do Estado Social no pós-1945, no contexto do capitalismo monopolista, que a atuação do Estado na questão da pobreza faz-se necessária considerando que a família, a assistência caritativa privada e a Igreja perdem em eficiência no processo de desenvolvimento industrial e ainda por conta do entendimento de que somente a estatização da família e da assistência à pobreza podem “controlar as condições de vida e as pessoas” que estão fora do mercado de trabalho (Offe, 1984, p.18). É importante dizer que a Assistência não foi a principal estratégia de enfrentamento da pobreza no Estado Intervencionista, mas principalmente a questão do acesso ao trabalho e à renda. No caso do Brasil, historicamente, mesmo com a Constituição Federal de 1988 a pobreza permanece como uma área própria da Assistência Social, a despeito da perspectiva intersetorial, de ações integradas da Seguridade Social.

Nesse cenário a área dos serviços no campo social mediados pelo Estado cresce e é aqui que se insere a Assistência Social, na experiência brasileira ora como ação prestada pelo poder público, pelo setor filantrópico ou numa parceria entre os dois. Assim, em consonância com as reflexões de Azevedo (*et al*, 2023), entende-se o trabalho no âmbito desses serviços sociais, pela sua contribuição na reprodução das condições de produção capitalista, bem como dos trabalhadores, sejam usuários ou profissionais, “como novas formas de extração de mais-valor nas esferas da produção não material ou imaterial” (Azevedo, *et al*, 2023, p.5), nesse caso, o que importa não é se o produto do trabalho é algo palpável ou não, mas se foi produzido dentro das relações sociais capitalistas (Azevedo, *et al*, 2023), especificamente no tocante à compra e venda da força de trabalho. Por isso é importante enfatizar que esses trabalhadores sofrem das mesmas questões relativas às classes trabalhadoras em geral, considerando inclusive as formas de precarização do trabalho no Brasil (Azevedo, *et al*, 2023), especialmente na política de Assistência Social onde os serviços são precários, em virtude das condições de pobreza de seus usuários, bem como pouco atrativa do ponto de vista financeiro para seus trabalhadores (Aguar, 2015).

Historicamente a Assistência Social no Brasil pautou-se numa significativa participação do voluntariado, sem a preocupação de formação continuada do quadro de pessoal, a presença do primeiro-damismo, uma forte cultura do clientelismo e do improvisado (Aguar, 2015). Com a Constituição Federal de 1988 muitos avanços foram conquistados, principalmente na questão da ênfase no direito e não no favor e o fato de que a Assistência Social passa a ser política de Seguridade Social. A lei Orgânica de Assistência Social (1993/ 2011) também representou um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

passo importante e mais tarde em 2004, com a Política Nacional, essas conquistas foram sendo consolidadas, como é o caso da criação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em 2005. No tocante à política de gestão dos trabalhadores destaca-se a Norma Operacional Básica – NOB-RH, de 2006. Essa NOB-RH define a gestão do trabalho como uma pauta estratégica na implementação do SUAS, nesse sentido ela normatiza e defende a imperiosidade do serviço público, a inserção de trabalhadores concursados e efetivos, com planos de carreira, cargos e salários, com formação acadêmica, portanto, qualificados enquanto profissionais, em profissões regulamentadas por lei e garantida uma política de capacitação permanente e sistemática para os mesmos (Brasil, 2006). Os avanços foram relevantes, no entanto muitos retrocessos e continuísmos ainda persistem no cenário brasileiro nas diversas esferas da federação nacional, no tocante à implementação do SUAS e a gestão do trabalho e dos trabalhadores, mais especificamente no contexto dos municípios brasileiros, que são responsáveis pela execução do SUAS.

Atualmente a Política Municipal de Assistência Social em Teresina é coordenada pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI). A Secretaria possui 19 CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), 04 CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social), 01 Centro POP (voltado para a população de rua), 02 centros-dia para pessoas com deficiência e para crianças com microcefalia, e um terceiro em processo de implantação voltado para pessoas idosas e tantas outras unidades de atendimento na proteção social especial de alta complexidade que envolve serviços de acolhimento institucional, acolhimento em repúblicas, família acolhedora e nos casos de calamidades públicas e de emergências, envolvendo iniciativas do poder público, bem como as parcerias entre o poder público e a rede filantrópica (Silva; Ribeiro, 2023). E é sobre a realidade desses trabalhadores que se volta agora, constituindo assim o objetivo desse trabalho.

O formulário do levantamento obteve 288⁶ respostas de trabalhadores de todos os níveis e cargos da SEMCASPI. Sendo 240 respostas de trabalhadores do provimento e 48 da Sede/SEMCASPI. Considerando os dados levantados junto aos trabalhadores do SUAS de Teresina, tendo em vista os limites do texto, a ênfase aqui é no perfil dos mesmos, nas condições de trabalho a partir da avaliação dos profissionais e por último os desafios.

⁶ Não foi possível obter a informação relativa ao número total de trabalhadores do SUAS na SEMCASPI. Mas considerando que a Secretaria possui uma média de 300 profissionais nos CRAS, que representam o maior número das unidades de atendimento no município, nesse sentido entende-se, por comparação que a amostra dos profissionais que responderam ao formulário corresponde a um percentual que pode variar entre 30 e 50%.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No tocante ao perfil, conclui-se então que esses profissionais são na maioria mulheres (66,32%), com predominância de pessoas pardas (62,5%) e pretas 18,40 %, na faixa etária de jovens e adultos (mais de 82%), a maioria com escolaridade no ensino superior (77,43%), especialmente no serviço social (30,67%), pedagogia (16,89%), e psicologia (16,89%),⁷ em segundo lugar aqueles com ensino médio (15,97%). Dentre os portadores de ensino universitário 48,61% deles se declararam com pós-graduação, tendo a maioria cursado especializações (70,51%) e residências (0,69%), depois mestrado (12,18%), doutorado (1,92%) e outros (13,46%). Nesse sentido é importante destacar no tocante à divisão sexual do trabalho a vinculação histórica do Serviço Social com a Assistência Social, tendo em vista que a origem do Serviço Social esteve vinculada com o engajamento das mulheres, no atendimento junto aos mais necessitados, nas situações do trabalhador em condição de pobreza (Iamamoto; Carvalho, 1986). Assim, essa vinculação é histórica e apesar de algumas tendências de alteração, com a entrada de homens no Serviço Social, essa profissão permanece majoritariamente feminina (Baracho; Braga, 2022), dentre outras categorias profissionais como a psicologia (Sandall, *et al*, 2022) e a pedagogia (Barduni Filho, *et al*, 2022), bem como a Assistência Social continua predominantemente uma área de trabalho de Assistentes Sociais (Baracho; Braga, 2022), apesar de que a partir do SUAS essa realidade vem sendo alterada com a instituição de equipes interdisciplinares. Além dos psicólogos e pedagogos no SUAS de Teresina, destaca-se o caso dos profissionais do direito e da educação física, que somaram 5 do direito e 8 de educação física, representando 1,74% e 2,77 respectivamente. Enfatiza-se de um lado a importância do pessoal do direito nas equipes dos CREAS⁸, enquanto um fator de qualificação das mesmas e do educador físico na proteção social básica, especialmente nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV)⁹.

No quesito da avaliação dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, foram construídos 4 grupos de categorias: boa/muito boa, regular e ruim/muito ruim, incluindo também as múltiplas que contemplaram mais de uma categoria. As respostas estiveram concentradas na categoria boa/muito boa, com 59,72%, depois as avaliações ficaram em torno do regular, 21,53%, seguida das respostas ruins/muito ruim 13,89% e por último as múltiplas, 3,82%. De um modo

⁷ Todos esses profissionais (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) somam mais da metade (64,45%), a outra parte (16,44%) estão os profissionais de direito, educação física, administração, contabilidade, história, enfermagem, fisioterapia, nutrição, letras, comunicação social, engenharia elétrica, além daqueles que não responderam (19,11%).

⁸ Apesar de que entre os 5 profissionais do direito que responderam ao formulário do levantamento, todos eles estão na Sede/SEMCAPI.

⁹ Dos 8 trabalhadores identificados da área de educação física, 7 estão nos SCFV e um outro exerce outra função como auxiliar administrativo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

geral as avaliações negativas estiveram concentradas nas questões de estrutura física, material e equipamentos e as positivas ficaram no âmbito das relações interprofissionais e entre equipes. A problemática das condições (estruturais) de trabalho, segundo a fala dos profissionais está relacionada inclusive à garantia do princípio ético do sigilo profissional. Do total de 288, 14,58% pessoas responderam que não, que as condições não atendem a essa exigência do sigilo profissional. O problema das condições estruturais apareceram ainda nas justificativas dos profissionais tendo em vista a não abertura para supervisionarem estagiários, nesse caso, em primeiro lugar pela grande demanda de trabalho/problema de tempo e a precariedade da estrutura física. Depois, observou-se também as reclamações sobre a precariedade das condições estruturais nas respostas relativas ao atendimento de pessoas com deficiência (PCD's) onde descreveram sobre essas dificuldades, tais como: comunicação em libras, barreiras arquitetônicas, adaptação de atividades/questões metodológicas, barreiras de comunicação, barreiras instrumentais, barreiras de transporte, falta de conhecimento/capacitação em geral, outras problemáticas associadas, precariedade dos serviços de retaguarda, respostas não identificadas.

Mais especificamente sobre as condições do trabalho e do trabalhador destaca-se o tempo de serviço desses profissionais na SEMCASPI, a maior parte encontra-se no período de 1 a 5 anos (44,79%); na sequência aqueles que estão há menos de um ano (23,96%), ambos somam 68,75%; uma outra parte, entre 6 a 10 anos são de 18,06%; de 11 a 15 anos (7,99%) e as pessoas com 16 anos ou mais, são 3,47%. O vínculo empregatício da maioria é de terceirizados (47,57%), os celetistas em torno de 2,78%, os comissionados são 18,75%, os estatutários de 29,86% e 1,04% de estagiários.

O que se pode concluir é que essa maioria de trabalhadores com vínculos recentes de menos de 1 a 5 anos deve-se ao fato de que apesar de que o SUAS foi implantado em 2005 em Teresina, há 19 anos, mas por outro lado o processo de ampliação foi lento e mesmo nos dias de hoje essa ampliação encontra-se defasada, muito há o que se conquistar e avançar (Teresina, 2023). Depois é fundamental pontuar aqui o baixo percentual de estatutários, ao contrário dos terceirizados, que somados com os comissionados chegam a 66,32% dos trabalhadores, expressando de um lado as tendências de precarização do trabalho no Brasil, inclusive com o fenômeno da terceirização e de outro a extrema fragilidade do SUAS do ponto de vista das condições estruturais do trabalho, já mencionadas acima, bem como do ponto de vista do vínculo do trabalhador e de suas condições de vida.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A terceirização, a uberização, a intermitência, o empreendedorismo (Araújo; Pessoa, 2023) e a informalidade constituem expressões da precarização do trabalho no cenário nacional, sendo a terceirização “o fio condutor” desse processo no Brasil (Antunes; Druck, 2013, apud, Araújo; Pessoa, 2023, p.10). Essas transformações no mundo do trabalho também ganham força no setor público a partir dos anos 1990 com a Reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso, num contexto de reestruturação produtiva e de ascensão do receituário neoliberal no país, quando a ideia era efetivar uma mudança no aparelho do Estado, transitando de um modelo burocrático para uma proposta de tipo gerencial, dotando o serviço público de agilidade, eficiência e menos oneroso (Araújo; Pessoa, 2023) , com foco em resultados, em metas quantitativas, no cálculo custo-benefício, ou seja, o Estado passa a ser visto como empresa (Andrade, 2019). Assim, nesse contexto, as principais estratégias adotadas foram “os Planos de Demissão Voluntária (PDV), [...] a ampliação de funcionários terceirizados e temporários [...] e a diminuição dos investimentos em infraestrutura [...], desvalorização do serviço público e precarização do trabalho” e do serviço público (Araújo; Pessoa, 2023, p.18), além das privatizações nas suas diversas modalidades (Draibe, 1993), o fortalecimento do terceiro setor e das organizações sociais. Essa reforma neoliberal continua presente até os dias atuais (Fonseca, 2023) e suas diretrizes permanecem orientando as diferentes políticas públicas, especificamente a Assistência Social e não seria diferente em Teresina. Mas é nesse cenário de precarização que muitas resistências individuais e coletivas se manifestam.

É importante que se diga, reforçando o que foi afirmado na introdução que os trabalhadores e agora pode-se acrescentar também os usuários do SUAS, ambos constituem os principais pilares desse Sistema Único. São os trabalhadores que dia a dia fazem acontecer o SUAS, que constroem, que põem o mesmo em movimento. Nas respostas dos profissionais foram identificadas falas que dizem respeito à tentativa e o compromisso em estarem cumprindo com seu trabalho, fazendo o possível a fim de realizarem suas atividades funcionais, foram encontradas muitas respostas onde a preocupação com o público-alvo, com a gestão dos recursos, o alcance dos objetivos, a efetividade dos resultados estiveram muito presentes e foram marcantes. Especificamente nas respostas sobre a importância da gestão do trabalho, observou-se em todas as categorias de trabalhadores uma valorização da gerência, como já afirmado acima, tendo em vista principalmente as demandas, os problemas e os desafios do Provimento. Percebe-se a partir dos dados que a maioria dos profissionais são qualificados, e são esses trabalhadores que respondem por uma infinidade de ações e procedimentos nas diversas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

unidades de atendimento e na Sede da Secretaria. Certamente que existem muitas dificuldades, muitas limitações profissionais e Institucionais, a exemplo das questões relativas ao atendimento de PCD's e até na supervisão de estágio, quando os trabalhadores falaram sobre deficiências, falta de preparação, de formação, questões essas que vieram associadas com as problemáticas Institucionais, de estruturação do SUAS. Depois faz-se necessário pontuar o fato de que está muito presente nas respostas dos profissionais questões como altas demandas nos serviços, sobrecarga de trabalho e falta de tempo. Isso ficou muito claro nas respostas sobre os motivos relativos à ausência ou baixa participação nas capacitações ou mesmo sobre a não adesão no caso da supervisão de estágio.

No caso das capacitações é importante mencionar aqui que das 117 pessoas que disseram que participam às vezes apresentaram justificativas como alta/intensa demanda do setor, falta de tempo, dificuldades com agenda das capacitações e o fato de que os temas das capacitações não contemplam. Essa alta demanda colocada para os profissionais também pode ser observada a partir do número de famílias referenciadas nas unidades, como apontado pelo Diagnóstico da Política de Assistência Social no Município de Teresina - PI feito pela própria SEMCASPI, onde:

“dos 19 (dezenove) CRAS existentes, 15 (quinze) estão sobrecarregados em relação ao atendimento, com público muito acima do normatizado, que é de 5.000 famílias, chegando alguns a atender mais de 14 mil famílias (Teresina, 2023, p. 7).

Além do mais foram identificadas as demandas indevidas, dos 288 trabalhadores da Sede e do Provimento, desses 288, 66 falaram que recebem demandas indevidas vindas de setores internos da própria SEMCASPI, bem como dos usuários da Assistência Social, que ambas somaram 33 vezes nas respostas, e depois apareceram as demandas indevidas externas que totalizaram 31 respostas, além de casos de profissionais que citaram as duas – internas e externas. Considerando a origem das externas a grande maioria são oriundas do sistema de garantia de direitos – SGD (Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar), bem como dos Órgãos/Instituições das políticas públicas em geral (municipal- Teresina, estadual e federal), uma pequena minoria veio de outros municípios e da Caixa Econômica Federal.

Percebe-se então que a precariedade das condições estruturais do trabalho (quantidade e qualidade do espaço físico, a disponibilidade de material e equipamentos, a quantidade de profissionais nas equipes, baixa oferta dos serviços de retaguarda na rede socioassistencial e das políticas públicas em geral), bem como as condições do trabalhador no tocante a salário, os vínculos precários e temporários, além de outros direitos, todos esses aspectos associados com



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

questões como as altas demandas e a sobrecarga de trabalho constituem elementos importantes para se entender a realidade desses profissionais, constituindo-se, portanto, num dos desafios para os trabalhadores e para os gestores do SUAS. Nesse sentido o SUAS constitui um Sistema importante na política de Assistência Social, com muitos avanços, conquistas e contribuições, mas por outro lado percebe-se a fragilidade do mesmo que parece ser uma consequência das medidas neoliberais no cenário nacional a partir dos anos 1990 e de outro das heranças do clientelismo, dos preconceitos contra os pobres e das políticas voltadas para os mesmos que tiveram historicamente a marca da precariedade, da baixa qualidade, constituindo, como denominou Oliveira (1998), de filantropia estatal. Por outro lado, há que se mencionar a significativa presença da filantropia da sociedade nas ações socioassistenciais do SUAS em Teresina enquanto uma tendência de privatização da proteção social no campo da Assistência Social (Silva; Ribeiro, 2023).

No tocante à gestão do SUAS, vários são os desafios como: o financiamento, a gestão do trabalho, a descentralização, o controle social (Brasil, 2006), bem como a estruturação das ações socioassistenciais. Destaca-se aqui a problemática do subfinanciamento, o fato por exemplo dos compromissos dos governos com os encargos das dívidas, os mecanismos de desvinculação e renúncias tributárias, a dependência das políticas sociais em relação às políticas de estabilização econômica concentradas no controle e corte de gastos, tendo em vista as dívidas e no controle da inflação, depois, no caso específico da Assistência Social o fato de que ela não dispõe de um percentual mínimo de gastos, definido constitucionalmente, nas diversas esferas de governo, a exemplo da saúde e da educação, ficando na dependência dos interesses dos governantes e das conjunturas políticas, depois a posição da Assistência Social no orçamento da Seguridade Social que figura com o menor percentual na comparação com a previdência e a saúde, a prevalência dos gastos federais com Assistência Social concentrados sobremaneira nas transferências continuadas de renda além da problemática do contingenciamento no repasse dos recursos, tendo em vista a natureza discricionária dos pisos de financiamento do SUAS, a exceção do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), deixando os serviços e os trabalhadores, suas condições de trabalho num patamar de menor investimento e portanto maior precariedade (Santana, *et al*, 2022; Brasil/UNICEF, 2023). Essas questões vão interferir fortemente nos municípios brasileiros, num grau maior ou menor (Arretche, 2012).

Nesse sentido, segundo Rêgo (*et al*, 2020), o SUAS em Teresina-PI sofre um processo de fragilização, especialmente no período 2016-2020, como consequência dos cortes no orçamento e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da descontinuidade nos repasses dos recursos o que tem ocasionado fragilidades na oferta dos serviços e benefícios no âmbito do SUAS na capital piauiense. Dentre essas fragilidades destacam-se: “equipes de referência incompletas, rotatividade de orientadores e facilitadores, falta de manutenção nas unidades, falta de transporte, não substituição de profissionais afastados [...], entre outros” (Rêgo, *et al*, 2020, p.189), a exemplo da política concernente ao trabalho e o trabalhador. Portanto, os desafios são muitos e também robustos, e nesse sentido apresenta-se algumas reflexões sobre os mesmos na sessão seguinte das considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado permitiu aproximações da realidade local com a nacional, na medida que é possível atestar que a pandemia impactou profundamente as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional. Observa-se que o desmonte no SUAS vivenciado em nível nacional e municipal trouxe consequências ainda vivenciadas no cotidiano profissional, sobretudo no que diz respeito a questão orçamentária e os processos de trabalho.

Ressalta-se os limites do levantamento realizado pela própria natureza do estudo considerando o caráter voluntário da participação, mas aponta-se que a amostra é representativa da realidade. Por outro lado, o levantamento demonstrou a necessidade de qualificação dos dados pelo setor responsável na SEMCASPI, a DGP; a continuidade de qualificação através da educação permanente; o investimento em concurso público para todos os níveis de formação e o aprimoramento da acessibilidade nas unidades e sede.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, E.L. de. **As transformações no mundo do trabalho e seus impactos para o trabalhador no Sistema Único de Assistência Social**. Anais da VII Jornada Internacional de políticas Públicas, São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2015. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/as-transformacoes-no-mundo-do-trabalho-e-seus-impactos-para-o-trabalhador-do-SUAS.pdf>. Acesso em: 27 de jun. 2024.

ALVES, D. C; PEDROSA JÚNIOR, A. R. S; SOUSA, A. O. A mesa de negociação e gestão do trabalho do SUAS. In: BRAGA, I.A, *et al*. (Orgs). **A política de assistência social no contexto teresinense: gestão e boas práticas-2020**. Teresina: EDUFPI, 2020.

ANDRADE, D.P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**. v.34, n.1, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 de jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ARAÚJO, D. S. R; PESSOA, Y.S.R.Q. Trabalho, pandemia e serviço público; a precarização da classe trabalhadora brasileira. **Valore – Revista Científica da Faculdade Sul Fluminense**. Volta Redonda: FASF, v.8, e-8068, 2023. Disponível em: <https://www.revistavalore.emnuvens.com.br/lepidus,+1420-3808-1-RV.pdf>. Acesso em: 16 de jul. 2024.

ARRETCHE, M T. S. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/FIOCRUZ, 2012.

AZEVEDO, L; MONTEIRO, M.A.G. de S; JARDIM, D.B. **Os desafios da gestão do trabalho na política de Assistência Social em São Luís do Maranhão**. Anais da XI Jornada Internacional de políticas Públicas, São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2023. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/trabalho_submissaold_3553_35536498dd7d5d674.pdf. Acesso em 27 de jun. 2024.

BARACHO, G; BRAGA, C. Assistentes Sociais na gestão da Política de Assistência Social no Pará: do gênero à gênese. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.145, p.152-173, set/dez. 2022. Disponível em: [https://pesquisa.bvsalud.org/portal/download\(82\).pdf](https://pesquisa.bvsalud.org/portal/download(82).pdf). Acesso em: 27 de jun. 2024.

BARDUNI FILHO, J; GONÇALVES, B.M; FERREIRA, L.G. Pedagogia é “coisa de mulher” estereótipos de gênero e masculinidade na docência com crianças. **Margens – Revista Interdisciplinar**. Dossiê: Pesquisa em gênero e sexualidade na perspectiva pós-estruturalista. Abaetetuba: UFPA, v.16, n.26, p.238-259, jun.2022 Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/2159-42092-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 de jun. 2024.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. Biblioteca Básica / Serviço Social, v.4. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BONFIM, M.L.N da C. **A estratégia do trabalho em rede no SUAS/CRAS – Teresina-PI: uma experiência em movimento**. São Paulo: PUC-SP, 2009. Tese de Doutorado em Serviço Social. Disponível em: <https://www.tede2.pucsp.br/MauriceiaLigiaNevesdaCostaBonfim.pdf>. Acesso em: 27 de set. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei 8. 742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela lei 12. 435, de 6 de julho de 2011. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 15 de jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS –**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NOB-RH/SUAS. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006. Disponível em: https://www.celeirovotunica.org.br/Norma_Operacional_Basica_de_Recursos_Humanos_do_SUA_S.pdf. Acesso em: 27 de jun. 2024.

BRASIL/UNICEF. O financiamento do Sistema Único de Assistência Social no Brasil. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores/UNICEF/ABC/Cooperação Sul-Sul Trilateral. Série Proteção Social – Policy Brief #1, 2023. Disponível em: www.unicef.org/policy-brief-01-financiamento-suas.pdf. Acesso em: 20 de jul. 2023.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo, reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista da USP.** Dossiê liberalismo/neoliberalismo. São Paulo: USP, 1993.

FONSECA, F. A contínua reforma neoliberal do estado no Brasil: esvaziamento, terceirização e privatização da esfera pública. **Revista Estudos de administração e Sociedade.** v.8,n.1, p.04-13, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeeas/article/view/58992/35166>. Acesso em: 16 de jul. 2024.

FONTENELE, I.C; FRANÇA, C.L; PIRES, D.A da S; SOUSA, D.L.B de; LOUZEIRO, H.R.B. **O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil:** reflexões sobre os serviços socioassistenciais. Anais do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, Teresina: Centro Universitário Santo Agostinho, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/autores.galoa-proceedings—cics-2023—177751-1.pdf>. Acesso em: 05 de jun. 2024.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico – metodológica. São Paulo: Cortez; CELATS, 1986.

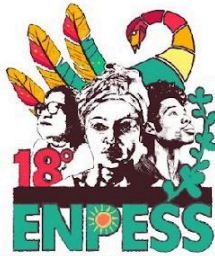
IBGE, Censo 2022. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 15 de jul. 2024.

MARX, K; ENGELS, F.A. **A ideologia alemã.** Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARX, K. **Prefácio para a crítica da economia política do Capital.** Livro I, V.1. Trad. Regis Barbosa e Flávio Khote. São Paulo: abril/1983.

MELLO, J; LOTTA, G. Os desafios de gestão federal da política nacional de assistência social: uma entrevista com Tereza Campello. In: MELLO, J. et al. **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos** – experiências recentes das políticas das desigualdades. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/DesafGestFederPolNacAssSocial.pdf>. Acesso em: 01 de ago. 2023.

MONNERAT, G.L; GAMA, A. de S. Desafios atuais à institucionalização da política de assistência social como política pública. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social.** Vitória, ES:UFES/ABEPSS,2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/ekeys+DESAFIOS+ATUAIS+À+INSTITUCIONALIZAÇÃO+POLÍTICA+PÚBLICA.pdf>. Acesso em: 01 de ago. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, F. de. Prefácio. In: RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

RÊGO, L.V.; SILVA, L de O; REIS, S.M de D.B. Estratégias de gestão da proteção social básica no SUAS/Teresina-PI durante a pandemia: reflexões e desafios na garantia do provimento dos serviços, benefícios, programas e projetos. In: BRAGA, I.A; FRANÇA, R.M.S de; COSTA, T.C.M. **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID-19**. Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020.

SANDALL, H; QUEIROGA, F; GONDIM, S.M.G. Quem somos? Caracterizando o perfil das(os) Psicólogas(os) no Brasil. **Quem faz a psicologia brasileira** - um olhar sobre o presente para construir o futuro. Censo da Psicologia Brasileira. v. 1. Formação e inserção no mundo do trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022. Disponível em: [https://www.site.cfp.org.br/Censo_psicologia_Vol1-1\(1\).pdf](https://www.site.cfp.org.br/Censo_psicologia_Vol1-1(1).pdf). Acesso em: 27 de jun. 2024.

SANTANA, G.R. de; DANTAS, T.L; PRUDÊNCIO, W.T.L; ARAÚJO, N.M.S. (Des)Financiamento da Assistência no Brasil em tempos de agudização da pobreza. **Revista Temporalis**, v.22, n. 43, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38115>. Acesso em: 16 de jul. 2024.

SILVA, R.N.L.M; TEIXEIRA, S.M. Política de Assistência Social: entre o familismo e a desfamilização. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, PR: UEPG/Programa Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas, v.20, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13115/209209213437>. Acesso em: 01 de ago. 2023.

SILVA, P.J.S da; RIBEIRO, V.C de L. **Análise Institucional: Gestão do Trabalho no SUAS – SEMCASPI**. Teresina: SEMCASPI/UFPI, 2023.

TERESINA. Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI. **Diagnóstico da Política de Assistência Social no Município de Teresina-PI**. Teresina: SEMCASPI, 2023